



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS

VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS VI
CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

EIXO TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CONFLITO

**A cidade invisível de Londrina: cartografias da sobrevivência e
diretrizes para o planejamento urbano inclusivo**

Janaina Minikowski Achete¹

Maria Goreth Freire Vitiello²

Vera Lucia Tieko Suguihiro³

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma investigação cartográfica sobre a população em situação de rua em Londrina-PR. A partir da premissa de que o planejamento urbano modernista ignora corpos dissidentes, a pesquisa mapeou as "táticas" de sobrevivência desses sujeitos. O foco reside na análise da infraestrutura informal criada na rua e na proposição de diretrizes para políticas públicas. Os resultados demonstram que a invisibilidade é um projeto de design hostil e que a justiça urbana exige o reconhecimento da rua como lugar de afeto, suporte técnico e direito à permanência qualificada.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Cartografia Social; Direito à Cidade; Londrina; Planejamento Urbano.

Abstract: This article presents the results of a cartographic investigation regarding the homeless population in Londrina, PR (Brazil). Based on the premise that modernist urban planning ignores dissident bodies, the research mapped the survival "tactics" employed by these subjects. The focus lies on the analysis of the informal infrastructure created on the streets and the proposition of guidelines for public policies. The results demonstrate that invisibility is a project of hostile design and that urban justice requires the recognition of the street as a place of affection, technical support, and the right to qualified permanence.

Keywords: Homeless Population; Social Cartography; Right to the City; Londrina; Urban Planning.

I. INTRODUÇÃO

Londrina, historicamente intitulada como a "Londres paranaense" — uma cidade planejada, moderna e higienizada — esconde, sob sua retórica de progresso, uma geografia de exclusão. A análise da evolução urbana de Londrina revela um processo de expansão territorial indissociável da segregação socioespacial. Durante as décadas de 1970 e 1980, o município foi atravessado por uma explosão demográfica decorrente do êxodo rural mecanizado, com a população saltando de aproximadamente 77 mil habitantes, em 1960, para mais de 266 mil em

¹ Arquiteta e Urbanista, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, janaina.achete@uel.br

² Assistente Social, professora da Universidade Estadual de Londrina, doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina, mariagorett.freirevitiello@uel.br

³ Assistente Social, professor associado da Universidade Estadual de Londrina doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, suguihiro@uel.br



1980 (PAULA et al., 2003). Esse crescimento não foi absorvido de forma equânime pela malha urbana, consolidando o que Antonello, Veiga e Bertini (2022) caracterizam como uma dualidade de empreendimentos: de um lado, enclaves residenciais de alta renda e, de outro, conjuntos habitacionais periféricos destinados à classe trabalhadora.

Historicamente, as populações desprovidas de capital financeiro para acessar o mercado formal de habitação ou o crédito imobiliário estatal foram empurradas para ocupações precárias. Embora as primeiras ocupações irregulares tenham surgido próximas ao núcleo central na década de 1950 (AMORIM, 2008), o avanço da especulação imobiliária promoveu uma higienização progressiva do centro — área que concentrou a verticalização pioneira e a elite cafeeira — deslocando a pobreza para as franjas das zonas Norte e Leste.

A partir dos anos 1990, a segregação foi aprofundada por um modelo de verticalização ostensiva e pela multiplicação de condomínios horizontais de luxo nos eixos Sul e Sudoeste. Fresca (2017) critica essa "hiperverticalização", apontando-a como uma distorção injustificada diante das dimensões territoriais do município. No âmbito socioeconômico, Londrina apresenta hoje um cenário paradoxal: embora seja a segunda maior cidade do Paraná, com um PIB per capita expressivo de R\$ 50.362,05 (IBGE, 2023), sua capacidade de geração de riqueza per capita ocupa apenas a 158ª posição no estado. Há uma dissonância clara entre o porte demográfico — que se aproxima dos 600 mil habitantes, com tendência de envelhecimento populacional — e a distribuição efetiva de recursos e renda.

Quanto à rede socioassistencial, o município dispõe de uma estrutura consolidada, composta por dez Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), convênios de acolhimento institucional e serviços especializados como o Centro POP, a Abordagem Social e o Consultório na Rua (PREFEITURA DE LONDRINA, 2022). Contudo, a eficácia dessas políticas esbarra na fragmentação informacional. O planejamento urbano convencional atua frequentemente como uma ferramenta de invisibilização de corpos que não se enquadram na lógica do consumo e da produção. Entre esses corpos, a População em Situação de Rua (PSR) surge como o sintoma mais agudo das falhas do pacto social urbano.

Entre janeiro e dezembro de 2020, os órgãos oficiais registraram a abordagem de 3.188 indivíduos em situação de rua. Entretanto, este dado é subdimensionado. A ausência de interconexão entre os bancos de dados do Centro POP, da Abordagem Social e da Secretaria de Saúde (Consultório na Rua) impede a consolidação de um diagnóstico fidedigno. Esta desarticulação técnica resulta em uma leitura superficial da realidade, na qual o "sujeito da rua" é fragmentado em prontuários isolados que não dialogam entre si. Em suma, a "Londres paranaense" exibe um desenvolvimento urbano acelerado em sua estética, mas profundamente falho na gestão de dados, na equidade territorial e na justiça social.

O presente artigo deriva da dissertação "A Cidade Invisível de Londrina", que utilizou a metáfora de Italo Calvino para descrever as camadas de existência que ocorrem simultaneamente no mesmo território, mas que são ignoradas pelos mapas oficiais. A invisibilidade da PSR em Londrina não é apenas física, mas estatística: uma opacidade



produzida pela falta de articulação entre os entes que deveriam garantir a proteção social. O problema de pesquisa interroga: como as táticas de sobrevivência desenvolvidas pela PSR podem apontar um novo modelo de planejamento urbano que não seja excludente, ou, simplesmente, como a cidade de Londrina pode ser mais acolhedora para quem está nas ruas?

O objetivo é transpor os dados etnográficos e as cartografias sociais obtidas em campo para um conjunto de diretrizes de políticas públicas urbanas que considere a existência das pessoas em situação de rua sob a ótica do direito à cidade, em prol do resgate da cidadania dessa população. A estrutura do texto percorre o embasamento teórico da alteridade, a metodologia da cartografia sensível e, primordialmente, o detalhamento dos resultados e das diretrizes para a gestão municipal de Londrina.

II. EMBASAMENTO TEÓRICO: O ESPAÇO COMO CAMPO DE BATALHA

Michel de Certeau (2014) oferece a lente fundamental para este estudo. O planejamento urbano é a "estratégia" — o lugar do poder, da lei e do zoneamento. A população em situação de rua, desprovida de um lugar próprio, utiliza a "tática". A tática é a arte do fraco: é o uso do banco da praça para dormir, do córrego urbano para a higiene e da marquise como proteção. A cidade de Londrina, analisada a partir das sobreposições das táticas da PSR em relação ao espaço construído, subverte constantemente as estratégias higienistas do Estado.

A gestão da PSR em Londrina, frequentemente flerta com a biopolítica foucaultiana e a necropolítica de Achille Mbembe. O design urbano hostil — bancos com braços divisórios, muretas com espetos, iluminação excessiva para impedir o sono — não é uma falha de projeto, mas uma decisão política de "deixar morrer" ou, ao menos, "deixar desaparecer" este segmento da população. O direito à cidade (HARVEY, 2013) é negado no momento em que o espaço público se torna um lugar de passagem vigiada e não de permanência digna.

A investigação debruça-se sobre a interface entre a urbe formal e a experiência espacial da população em situação de rua em Londrina, delimitando como objeto central a "cidade invisível" produzida nos interstícios do planejamento oficial. O atributo da invisibilidade não remete a uma ausência física, mas a uma marginalidade fenomenológica: trata-se de uma cidade que emerge nas franjas da legalidade urbana, onde as funções do espaço construído são subvertidas e ressignificadas para transmutarem-se em soluções habitacionais efêmeras, porém vitais (MARTINS, 1993). Ao conferir inteligibilidade a essa cartografia, o objetivo é desvelar a crueza da precariedade urbana e projetar novos horizontes para a superação das carências estruturais.

Antes de aprofundar no perfil sociodemográfico dos artífices dessa "cidade invisível", faz-se imprescindível o rigor terminológico. A escolha das nomenclaturas não é meramente semântica, mas um ato político de reconhecimento das complexidades subjetivas:

- **Pessoa em Situação de Rua (PSR):** Empregada para designar o sujeito em sua individualidade e perante o aparato normativo do Estado. Embora seja o termo politicamente



hegemônico, este trabalho coaduna com a crítica de Ferraz (2014), reconhecendo que tal expressão pode falhar em capturar a densidade da miséria. A nomenclatura sugere uma transitoriedade temporal que nem sempre reflete a realidade de exclusão crônica inscrita na trajetória do sujeito.

- **População de Rua:** Conceito de espectro coletivo que abarca a totalidade do contingente populacional desabrigado. Esta terminologia carrega uma dimensão sociopolítica de classe e organização, sendo a identidade adotada por instâncias de resistência como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), cuja atuação em Londrina é pilar desta análise.
- **Pop Rua:** Vocativo de matiz afetiva e identitária. Trata-se de uma autodenominação que emerge da alteridade e dos vínculos interpessoais estabelecidos entre os grupos de convivência e os agentes públicos que operam na linha de frente do atendimento direto.
- **Povo da Rua:** Expressão de profunda carga humanista e militante, notabilizada pela práxis do Padre Júlio Lancellotti. O termo desloca o foco da "situação" ou da "estatística" para a "humanidade", evocando uma dimensão de pertencimento e dignidade que ressoa em escala nacional na luta pelos direitos dos sem-teto.

A compreensão desta "cidade invisível" exige, portanto, que o pesquisador e o gestor urbano desconstruam o olhar higienista para interpretar as táticas de apropriação do espaço não como desordem, mas como uma gramática de sobrevivência que demanda uma resposta ética e arquitetônica imediata. Neste artigo adotamos o termo população de rua em vias de reconhecimento da luta individual e coletiva pela sobrevivência. Nomear como população de rua, significa compreender que apesar de toda precariedade enfrentada cotidianamente, é notório o senso de resistência pela vida e por espaço para existir.

III. METODOLOGIA: A CARTOGRAFIA DA SENSIBILIDADE

A estratégia metodológica adotada para esta investigação fundamenta-se na cartografia social, distanciando-se deliberadamente do levantamento estatístico convencional, cuja natureza estritamente quantitativa tende a cristalizar a pobreza em dados frios e despersonalizados. A pesquisa estruturou-se a partir de uma bagagem de campo, realizado entre agosto e dezembro de 2020, participando do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), na condição de pesquisadora. Essa imersão foi viabilizada pela atuação junto a um grupo multidisciplinar de apoiadores, composto por voluntários e servidores públicos que, em caráter extraoficial, fomentavam a organização política do MNPR. O suporte logístico — incluiu desde a disponibilização de infraestrutura para videocomunicação até ações de segurança alimentar, por meio de buscas ativas, estabelecendo o alicerce de confiança necessário para a formação de vínculos orgânicos. A distribuição de refeições em roteiros regulares permitiu a inserção da pesquisadora em agrupamentos consolidados na região central de Londrina, revelando três microterritórios com dinâmicas socioespaciais distintas:



1. **Concha Acústica e Centro Pop:** Localizado no epicentro geográfico da cidade, caracteriza-se pela forte interface com os equipamentos de assistência social do Estado. Os sujeitos deste agrupamento possuem maior aceitação dos serviços de saúde (Consultório na Rua) e assistência (Centro Pop e abrigos), alternando períodos de institucionalização com a permanência qualificada em espaços públicos, onde recebem suporte regular da sociedade civil.
2. **Praça D. Pedro I:** Situada em um entroncamento viário estratégico (Avenidas Maringá e Tiradentes). Esta praça configura-se como um enclave histórico de resistência, ocupado intermitentemente há cerca de 15 anos. O local é um ponto de referência para "trecheiros" — sujeitos em trânsito migratório — e grupos de longa permanência que, embora integrados à dinâmica do entorno, vivenciam relações ambivalentes marcadas pela aporofobia e por acolhimentos pontuais. Notadamente, este grupo demonstra maior resistência aos equipamentos institucionais, priorizando vínculos informais de suporte.
3. **Região da Avenida Maringá:** Via estrutural que atravessa bairros de perfil residencial e comercial intenso. A estagnação temporária do mercado imobiliário nesta região resultou em uma vacância de imóveis cujas marquises são taticamente apropriadas pela população de rua como abrigos efêmeros. Existe uma simbiose socioespacial entre os ocupantes deste eixo e os frequentadores da Praça D. Pedro I, fortalecendo redes de vizinhança na precariedade.

Através da observação participante e de entrevistas abertas, a metodologia permitiu que os próprios sujeitos da pesquisa atuassem como guias pelos seus trajetos cotidianos. O "mapa", resultante desta prática, transcende a cartografia geométrica: registra fluxos de afeto, territórios de medo, redes de suporte técnico e zonas de conflito. A cartografia, neste cenário, atua como um dispositivo político que confere materialidade e voz ao que o planejamento urbano formal, em sua cegueira higienista, insiste em classificar como vazio ou ausência.

IV. RESULTADOS: A INFRAESTRUTURA INFORMAL DA RUA

Os resultados demonstram que a PSR em Londrina sobrevive através de uma rede de "nós" na infraestrutura, "invisíveis" aos domiciliados. Um exemplo crítico é a relação com o comércio local. Relatos como o de José Carlos revelam que "o pessoal do depósito dá os sacões de ração", transformando depósitos privados em *hubs* de segurança alimentar para os cães da rua. A partir das entrevistas, ficou demonstrado que a falta de banheiros públicos gratuitos em Londrina, força a PSR a criar protocolos de higiene complexos, utilizando bebedouros de praças e fundos de vale como para acesso à água. Essa infraestrutura informal é a tentativa de manutenção da dignidade mínima e coloca em evidência a ausência do Estado na garantia de direitos. Outro destaque dessa pesquisa é a centralidade dos animais. Para Márcia, o cão não é apenas um animal de estimação, mas uma fonte de calor humano e proteção. No entanto, a organização dos abrigos públicos em Londrina proíbe a entrada de animais, o que contribui para que muitas PSR recusarem o acolhimento.



As trajetórias individuais revelam que a entrada e a permanência na rua são marcadas por uma interrupção abrupta de projetos de vida, frequentemente catalisada por traumas familiares, luto e o uso abusivo de substâncias. O relato de Paulo, que viu seu sonho de ser enfermeiro pausado por um lar marcado pelo alcoolismo e pela subsequente dependência química, exemplifica como a vulnerabilidade social é frequentemente multigeracional. Além disso, a "vida loka" ou o "espírito de rua" aparecem não apenas como uma escolha, mas como um mecanismo de sobrevivência e fuga diante de perdas afetivas irreparáveis, onde o tempo na rua é percebido como um processo acelerado de deterioração física e mental, em que "três meses na rua é muito mais do que numa casa".

No que tange à relação com o poder público, emerge uma crítica contundente à desumanização e à burocratização do atendimento. As pessoas em situação de rua, com quem conversamos expressam falas a respeito do tratamento nos equipamentos públicos de atendimento à PSR comom sendo "apenas um número evidenciando a fragmentação informacional e a opacidade estatística. A oferta de atividades como a "escola de circo" é entendida pelo Carlos como uma forma de deboche ou entretenimento vazio, que falha em oferecer o que realmente demandam: cursos profissionalizantes, emprego e moradia digna. Há uma percepção de que a estrutura assistencialista muitas vezes serve para manter a engrenagem institucional, enquanto o sujeito permanece "preso" em uma lógica de escravidão.

A dimensão espacial e o direito à cidade surgem nas falas sobre os "mocós" e a ocupação de vazios urbanos. Os relatos apontam, ainda que em nível superficial e não nesses termos, questionamentos a respeito da "função social da propriedade", na qual prédios abandonados em Londrina são vistos como soluções óbvias para a carência habitacional. A precariedade do cotidiano é acentuada pela falta de infraestrutura básica, como banheiros públicos e chuveiros, transformando o ato de cuidar da higiene pessoal em um desafio logístico que exige o uso tático de bebedouros e fundos de vale. Essa carência reforça o estigma da "sujeira" e a exclusão social, ao mesmo tempo em que as táticas de apropriação desses espaços são tentativas de manutenção mínima das necessidades humanas negada pelo planejamento oficial.

No Quadro 1 foram relacionadas as categorias de análise com as evidências coletadas nas entrevistas de campo e a fundamentação teórica apresentada. As evidências colhidas nos diários de campo revelam que as trajetórias e subjetividades da população em situação de rua são marcadas por um "protagonismo biográfico" frequentemente negligenciado por abordagens puramente assistencialistas. Histórias como a de Paulo, cujo sonho de ser enfermeiro foi interrompido por lutos e vícios, demonstram que a rua não é apenas um espaço de carência material, mas um acelerador da deterioração humana que exige políticas públicas voltadas à restituição da identidade e da dignidade, para além da mera condição de "situado". Essa necessidade de reconhecimento esbarra em uma crítica contundente às políticas públicas atuais, cuja lógica burocrática e atividades descontextualizadas — como o tratamento infantilizado em "escolas de circo" — aprofundam a invisibilidade estatística e tratam o sujeito



como um número desprovido de história. A desarticulação técnica e a leitura superficial dos órgãos oficiais falham em captar a complexidade dessas vidas, reforçando a urgência de uma gestão que saia do imprevisto e fundamente suas decisões na realidade concreta dos usuários.

Por outro lado, as táticas de sobrevivência e as noções de territorialidade expressas pelos sujeitos revelam o que a teoria denomina como "a arte do fraco": uma subversão constante do espaço planejado através de gramáticas de sobrevivência, como o uso de fundos de vale para higiene ou acordos informais com comerciantes para a ocupação de marquises. Esse conflito entre o design hostil/higienista das cidades e o Direito à Cidade manifesta-se na consciência crítica da população sobre a função social da propriedade, evidenciada no desejo de ocupar terrenos ociosos para habitação. Além disso, a centralidade das redes de afeto e suporte, exemplificada na figura do Padre Júlio Lancellotti e na importância vital dos animais como família, aponta para a necessidade de superar modelos de acolhimento excludentes. O reconhecimento de "famílias multiespécies" e a demanda por uma permanência qualificada no território são pilares indispensáveis para romper com a lógica da invisibilidade e garantir que o espaço urbano deixe de ser um cenário de subsistência para se tornar um território de inclusão e cidadania plena.

Quadro 1 – Síntese dos Resultados: Táticas, Conflitos e Percepções da PopRua em Londrina

<i>Categoria de Análise</i>	<i>Evidências das Transcrições e Diários de Campo</i>	<i>Relação com a Teoria e Diretrizes do Artigo</i>
<i>Trajetórias e Subjetividades</i>	Histórias de sonhos interrompidos por lutos e vícios, como o desejo de Paulo de ser enfermeiro. A percepção de que a rua acelera a deterioração humana.	Protagonismo Biográfico: Necessidade de políticas que visem a restituição da identidade além da "situação" de rua.
<i>Crítica às Políticas Públicas</i>	Indignação com o tratamento burocrático e atividades vistas como infantis (ex: "escola de circo"). Queixa sobre ser tratado apenas como um número.	Invisibilidade Estatística: Crítica à desarticulação técnica e à leitura superficial da realidade pelos órgãos oficiais.
<i>Táticas de Sobrevivência</i>	Uso de bueiros e bebedouros para higiene na ausência de banheiros. Acertos com comerciantes para dormir sob marquises e cuidar do espaço.	A Arte do Fraco: Subversão do espaço planejado ("estratégia") por meio de gramáticas de sobrevivência ("tática").
<i>Territorialidade e Habitação</i>	Consciência sobre a função social da propriedade e desejo de ocupar terrenos ociosos para criar "comodinhos".	Direito à Cidade: Conflito entre o design hostil/higienista e o direito à permanência qualificada no território.



<i>Redes de Afeto e Suporte</i>	Centralidade dos animais como família e proteção. Inspiração na figura militante do Padre Júlio Lancellotti.	Famílias Multiespécies: Reconhecimento da rua como lugar de afeto e necessidade de abrigos que permitam a convivência.
---------------------------------	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, observa-se a construção de uma rede de solidariedade e resistência que opera à margem das instituições formais, frequentemente centrada na figura do apoio mútuo e do afeto. Seja no compartilhamento de alimentos, na proteção sob marquises algumas vezes toleradas pelos comerciantes ou na profunda conexão com animais de estimação, a "família da rua" torna-se o principal vínculo. A rua, embora lugar de sofrimento, é palco de uma "gramática de sobrevivência" que demanda não apenas assistência, mas o reconhecimento da cidadania plena e a restituição do protagonismo biográfico dos sujeitos.

A concepção de uma urbe verdadeiramente acolhedora pressupõe a universalização da distribuição de renda e o acesso irrestrito aos serviços fundamentais de saúde, educação e cultura. Para além da funcionalidade, a cidade acolhedora consolida-se através da equidade e da justiça social, estruturando-se em um sistema de cuidado denso e humanizado. Tal sistema deve visar não apenas à oferta de moradia digna, mas, primordialmente, à restituição do protagonismo biográfico dos sujeitos em situação de vulnerabilidade extrema. A garantia da dignidade da População em Situação de Rua (PSR) no espaço urbano exige, primordialmente, a instituição de pontos de acesso à água potável estrategicamente distribuídos na malha urbana, observando raios de atendimento que contemplem os fluxos reais desse público. Essa infraestrutura deve ser complementada pela implementação de banheiros públicos com manutenção contínua, dimensionados pela densidade e demanda dos territórios, além da criação de cozinhas comunitárias geridas pelo poder público em áreas de maior permanência para assegurar a segurança alimentar coletiva. Adicionalmente, propõe-se a resignificação do espaço público através do planejamento de praças equipadas com áreas de pernoite qualificado — uma espécie de camping urbano — integradas a uma infraestrutura sanitária adequada.

No âmbito do acolhimento e do cuidado psicossocial, é imperativa a implantação de Centros de Convivência e Autogestão em terrenos estratégicos, fundamentados em modelos autogeridos com suporte especializado em saúde mental e atenção continuada para o resgate de vínculos familiares. Tais equipamentos devem incorporar recortes de gênero e cuidado, oferecendo espaços de acolhimento específicos para mulheres com protocolos em saúde reprodutiva e atendimento a vítimas de violência. Para sustentar essa rede, é fundamental o estabelecimento de canais institucionais seguros para denúncias de violência e violação de direitos humanos sofridas nos espaços públicos, garantindo redes de proteção eficazes e responsivas.

A transição para uma inserção social efetiva depende de políticas de



empregabilidade e reintegração que respeitem as especificidades da PSR e dos egressos do sistema prisional, articuladas à implementação de modelos de moradia assistida e à inserção real no mercado laboral. Esse processo deve ser acompanhado pelo fomento ao lazer e à cultura, garantindo o acesso pleno a práticas artísticas, esportivas e educativas. Tais medidas convergem para uma ruptura paradigmática necessária: o reconhecimento da cidadania plena e ativa da população de rua, consolidando um novo pacto social pautado na alteridade e no rompimento definitivo com a lógica da invisibilidade urbana. A gestão da população em situação de rua deve transcender o escopo estrito da assistência social e da segurança pública, configurando-se como um imperativo ético de garantia da dignidade humana e do direito à cidade.

Em síntese, a investigação desvela que a sobrevivência da PSR em Londrina é amparada por uma intrincada cartografia de resistências, na qual a escassez de suporte estatal é suprida por táticas de apropriação espacial e redes informais de afeto. A centralidade das famílias multiespécies e a ressignificação de infraestruturas precárias evidenciam que a rua não é um vazio urbano, mas um território saturado de vida e agência. Contudo, o atual modelo de gestão, pautado no higienismo visual e na arquitetura hostil, ignora essa complexidade, optando por dispositivos de invisibilização que apenas aprofundam a vulnerabilidade social e negam o direito fundamental à cidade.

Evidencia-se que a transição para uma Londrina, verdadeiramente acolhedora, demanda a superação da lógica puramente assistencialista e punitiva em favor de um planejamento urbano ético e sensível à alteridade. As diretrizes propostas — que abrangem desde a capilaridade hídrica até o modelo de *Housing First* — não representam apenas soluções técnicas, mas um imperativo de justiça socioespacial que devolve o protagonismo biográfico aos sujeitos marginalizados. Somente através de um novo pacto social, que reconheça a humanidade do "povo da rua" e integre suas táticas de sobrevivência à estratégia formal do município, será possível converter a "cidade invisível" em um território de cidadania plena e permanência qualificada.

6. CONCLUSÃO

. A cartografia social empreendida nesta investigação revelou que a rua, longe de ser um vazio demográfico ou urbanístico, constitui-se como um espaço denso, saturado de vida, afetos e táticas de resistência. O percurso entre a concepção da pesquisa e a consolidação destes resultados promoveu uma metamorfose profunda na percepção da "Londres paranaense", desvelando as camadas de exclusão que sustentam sua imagem de modernidade e progresso.

Paralelamente a esses processos de expulsão, a resiliência da vida manifesta-se através de adaptações espaciais constantes. A despeito das estratégias de invisibilização, a vida urbana dissidente busca incessantemente fendas para se expressar, revelando um



fenômeno de "mimetismo de segurança": enquanto a sociedade domiciliada se encarcera atrás de muros por temor à vulnerabilidade alheia, a população de rua desenvolve formas próprias de subverter o mobiliário urbano para a moradia efêmera. Essas dinâmicas demonstram que, quando a civilidade se esgarça no limite da sobrevivência, qualquer intervenção urbana isolada ou meramente estética revela-se paliativa e ineficaz. Trajetórias de superação da condição de rua, como as observadas em campo, reforçam que o destino desses sujeitos não é uma condenação biológica, mas uma circunstância social que demanda suporte familiar e respaldo institucional. Assim, a superação dessa condição exige a superação do higienismo em favor de programas intersetoriais robustos que integrem moradia, saúde e assistência, fundamentando-se em um planejamento urbano que seja, antes de tudo, ético, humano e sensível à alteridade.

A "Cidade Invisível" de Londrina apenas deixará de ser um cenário de mera sobrevivência para converter-se em um território de cidadania plena quando o planejamento urbano for capaz de transcender a manutenção da massa miserável como política de manutenção de baixos salários, para de fato garantir os direitos básicos a todos os cidadãos de forma equitativa. Em outras palavras, o sistema capitalista, em vias de maximização dos lucros, produz bolsões de pobreza estratégicos para garantir que os trabalhadores aceitem salários cada vez mais baixos por medo da substituição, a PSR é o grande ícone imortalizado por bordões populares como "ir para o olho da rua" (em casos de demissão) ou ainda "morar embaixo da ponte" (em situação de pobreza extrema). Retirar todas as pessoas em situação de rua via moradia significa reduzir o medo da miséria, aumentar a confiança da classe trabalhadora que e aliviar, ainda que minimamente, a tensão na luta de classes para a os segmentos mais oprimidos. Quando as políticas de governo não atuam em vias de garantir moradia digna universal, podemos entender que não estão atendendo prioritariamente os interesses do povo. Este trabalho foi realizado em vias de registrar a humanidade, resistência e urgência das pessoas sem moradia, apontando ações que possam ao menos mitigar o sofrimento dessa população enquanto o atual sistema vigorar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHETE, Janaina Minikowski. **A cidade invisível de Londrina**: um retrato da sobrevivência das pessoas em situação de rua. 2022. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.
- AMORIM, P. H. **A formação do espaço urbano de Londrina**. Londrina: Eduel, 2008.
- ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A.; BERTINI, L. Z. **Dinâmicas territoriais e segregação socioespacial**. Londrina: Editora Científica, 2022.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. Tradução de Daniel Fabre. São Paulo: Contracorrente, 2020.



- FERRAZ, S. M. T. **A população em situação de rua e o direito à cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- FRESCA, T. M. **A rede urbana e a dinâmica territorial no Paraná**. Londrina: Eduel, 2017.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jadir Antunes. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- LONDRINA. Prefeitura Municipal. **Relatório de Gestão da Assistência Social**. Londrina: SMAS, 2022.
- MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- PAULA, Z. C. et al. **Londrina: espaço e tempo**. Londrina: Eduel, 2003.
- RIZEK, Cibele Saliba. Pesquisa e desmedida. *In*: RAMOS, D. H.; COMPANS, R.; MACAIRA, J. P. (org.). **Experiências metodológicas e o campo das políticas públicas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- SOMOS todos iguais. Direção de Michael Carney. Estados Unidos: Paramount Pictures, 2017. 1 DVD (119 min).
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.